**Nome do programa:** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

**Área Básica:** Ciência Política

**Nível:** Mestrado Profissional

**IES:** Universidade Federal de Pernambuco

**Áreas de Concentração (Capes):** Políticas Públicas (7.09.04.00-6)

**Linhas de Pesquisa (Capes):** Políticas Públicas (7.09.04.00-6)

**Total de Créditos para Titulação:** 26 créditos.

**Total de Disciplinas para Titulação:** 13 disciplinas, sendo 5 obrigatórias e 8 eletivas.

**Disciplinas:**

**POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Apresentar as principais teorias e modelos de análise de políticas públicas no campo da ciência política contemporânea. Examinar essas teorias e modelos ao longo do curso por meio de aplicações em trabalhos acadêmicos sobre temas específicos como a reforma do Estado, a implementação de políticas, problemas de ação coletiva, coordenação, gestão, avaliação, bem como conhecer as políticas setoriais. Oferecer um panorama das possibilidades para a análise das instituições em ação.

**Bibliografia:**

GREENER, Ian. Understanding NHS Reform: The Policy Transfer, Social Learning, and Path Dependence Perspectives. Governance, 15 (2). Pp.161-184, 2002.

HALL, Peter A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the case of economic policy-making in Britain. Comparative Politics, 25. pp. 275-296, 1993.

HAJER, Marteen A. A frame in the fields: policy-making and the reinvention of politics. In Hajer, Marteen A. and Hendrik Wagenaar. Deliberating Policy Analysis: understanding governance in the Network Society. New York. Cambridge University Press. pp. 88-112, 2003.

JOHN, Peter. Is there life after policy stream, advocacy coalitions, and punctuations: using evolutionary theory to explain policy change. Political Studies Journal, v. 31, n. 4, 2003.

JONES, Bryan, TRUE, J. BAUMGARTNER, F. Does incrementalism stem from political consensus or from institutional gridlock? American Journal of Political Science, 41, pp.1319-1339, 1997.

LESTER, James P. *et al*. Public Policy Implementation: Evolution of the Field and Agenda for Future Research. In Research in Public Policy Analysis and Management, v 7, pp. 71-94, 1995.

PIERSON, Paul. Public Policies as Institutions. In: SHAPIRO, Ian, STEPHEN Skowronek, DANIEL, Galvin. Rethinking Political Institutions: the state of art. New York. New York University Press. (papel) 2006.

SAETREN, Harold. Facts and Myths about Research on Public Policy Implementation. The Policy Studies Journal, v. 33, n.4, pp. 559-582, 2005.

VOLDEN, Craig. The Politics of Competitive Federalism: a race to the bottom in welfare benefits? American Journal of Political Science, 46, pp.352-363, 2002.

**SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO**

**Ementa:** Nesta disciplina, serão trabalhados elementos necessários à formação do projeto de dissertação de cada aluno matriculado na disciplina, bem como a discussão coletiva das hipóteses, métodos e abordagens escolhidas, a partir de breves apresentações no formato de seminários, mediados pelos professores responsáveis, com foco na qualidade metodológica das futuras dissertações.

**Bibliografia:**

DELLA PORTA, Donatella & KEATING, Michael (2008) (Eds.) Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective. Cambridge, Cambridge University Press.

FIGUEIREDO FILHO, D. e et al (2012). Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. Mimeo.

KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. (1994). Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press.

SCHIMTTER, P. (2002). The Ideal Research Proposal. Disponível:

http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/IdealResearchProposal.

**INTRODUÇÃO À TEORIA POLÍTICA**

**Ementa:** Discutir aspectos fundamentais do pensamento político clássico, moderno e contemporâneo através do estudo de experiências e reflexões políticas, principalmente destas destacadas na literatura de Ciência Política.

**Bibliografia:**

BALL, T. Aonde vai a Teoria Política? Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 23, p. 9-22, nov, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_pdf &pid=S0104-44782004000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15.jun.2011

DAHL, Robert. Um Prefácio à Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DRYZEK, J. S.; HONIG, B. & PHILLIPS, A. (eds.). 2006. The Oxford Handbook of Political Theory. Oxford: Oxford University.

FINLEY, Moses. – Democracia – Antiga e Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOODIN, R. E. & HANS-DIETER, K. (eds.). A New Handbook of Political Science. Oxford: Oxford University, 1996.

GUNNELL, J. G. Political Theory: The Evolution of a Subfield. In: FINIFTER, A. W. (ed.). Political Science: The State of the Discipline.

Washington (D. C.): American Political Science Association, 1983.

HELD, David. - Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

**ANÁLISE DE DADOS**

**Ementa:** Este curso tem como objetivo apresentar aos alunos os fundamentos técnicos e epistemológicos necessários à análise e à compreensão dos dados relativos à formação, à implementação e/ou à execução de políticas públicas.

**Bibliografia:**

MARSH, David e STOKER, Gerry (2010), Theory and Methods in Political

Science. 3ªed. London: Palgrave Macmillan.

POCCOCK, Phillip H. (2005), The Essentials of Political Analysis. 2ª Ed.

Washington: CQ Press.

RICHARDSON, Roberto J. (2007), Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas.

SHAPIRO, Ian; SMITH, Rogers M; MASOUD, Tarek (eds) (2004), Problems and Methods in The Study of Politics. Cambridge: Cambridge University Press.

VAN EVERA, Stephen (1997), Guide to Methods for Student of Political Science. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

BARBETTA, Pedro Alberto.(2007), Estatística Aplicada as Ciências Sociais. 7ª

ed. Santa Catarina: Editora da UFSC.

BARTOLINI, Stefano. Metodología de La Investigación Política. PASQUINO, Gianfranco et all (1993), Manual de Ciencia Política. Madrid: Alianza Editorial.

DELLA PORTA, Donatella e KEATING, Michael (eds.) (2008), Approaches and

Methodologies in the Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press.

CHALMERS, Alan F. (1993) O que é Ciência Afinal? São Paulo: Brasiliense.

MUNCK, Gerardo L. (2007), Agendas y estrategias de investigación en el estudio de la política latinoamericana, Revista de Ciencia Política. Nº. 1, pp. 3-21

SAND-JENSEN, Kaj. (2007), “How to write consistently boring scientific literature”. Oikos, nº 116: 723-7.

SCHMITTER, Philippe C (2002). The ‘Ideal’ Research Proposal. Mimeo. <

http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/IdealResearchProposal.pdf >

**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS I (GERAL)**

**Ementa:** Fornecer aos discentes o conhecimento teórico de instituições políticas, de forma histórica, teórica e empírica.

**Bibliografia:**

GUY, Peters B. (2011), Institutional Theory in Political Science. London: Continuum Publishing.

LIJPHART, Arend (2003), Modelos de Democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROCKMAN, Bert; BINDER, Sarah e RHODES, Rod (2008), The Oxford Handbook of Political Institutions. Oxford University Press.

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James A. (2006). Economic origins of dictatorship and democracy. New York: Cambridge University Press.

AMES, Barry (2003), Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DAHL, Robert (2005), Poliarquia. EDUSP. São Paulo.

DOUGLAS, North. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina (1999), Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV

TSEBELIS, George (1998), Jogos Ocultos. EDUSP: São Paulo, 1998

**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS II (BRASIL)**

**Ementa:** Apresentar um panorama das instituições políticas brasileiras, a partir da abordagem neo-institucionalista, resgatando suas raízes históricas e impactos.

**Bibliografia:**

AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro, FGV.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano (2003). O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. Dados [online]. 2003, vol.46, n.4.

AMORIM NETO, Octávio (2006). Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Ed. FGV.

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (2004). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1998). Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova [online]. 1998, n.44.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (2001). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary (2003). As Três Versões do Neo Institucionalismo. Revista Lua Nova, n. 58.

LIJPHART, Arendt (2003). Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Ed. Civilização Brasileira.

LAMOUNIER, Bolivar (org) (1991). A Opção Parlamentarista. São Paulo, Ed Sumaré.

MAINWARING, Scott (1993). Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Lua Nova no.28-29.

MAINWARING, Scott (2001). Sistemas Partidários em Novas Democracias. Ed. FGV.

NICOLAU, Jairo (2004). História do Voto no Brasil. Ed. Jorge Zahar.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo (2003). Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados, vol.46, n.4.

STEPAN, Alfred (1990). Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual. Estud. av. v.4 n.8.

**REFORMA DO ESTADO**

**Ementa:** Nesta disciplina serão analisados os antecedentes, os desenhos institucionais e as consequências e impactos nas formulações de políticas públicas relacionados com as reformas institucionais realizadas desde a década de 1990.

**Bibliografia:**

ABRUCIO, Fernando e LOUREIRO, Maria Rita. (2002), O Estado numa Era de Reformas; os anos FHC: partes 1 e 2. Brasília: MPOG

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a Cidadania: reforma gerencial na perspectiva internacional. São Paulo/ Brasília: ENAP/Editora 34, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991), “As três economias políticas do welfare state”. Lua Nova , nº 24. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci\_arttext >

RESENDE, Flávio C. (2004), Porque reformas administrativas falham? Rio de Janeiro: FGV.

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). (1995), Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado. Brasília: Imprensa

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita e PACHECO, Regina S. (2010), Burocracia e Política no Brasil: desafios para o estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1998), “A reforma do estado dos anos 90 lógica e mecanismos de controle”. Lua Nova, nº 45, <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf >

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SOLA, Lourdes e WILHEIM, Jorge (2001), Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: UNESP.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter K. (2007), Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7ed, Rio de Janeiro: Editora FGV.

DINIZ, Eli. Governabilidade, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea”. São Paulo em Perspectiva. Vol. 15, nº 04, out/dez 2001 <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400003&script=sci\_arttext >

PRZEWORSKI, Adam. (1996), “A reforma do Estado, responsabilidade política e intervenção econômica”. RBCS, nº 32, ano 11.

MEDEIROS, Marcelo. (2001), A Trajetória do Welfare state no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Brasília, Ipea. Brasília, 2001. < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\_2001/td\_0852.pdf >

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** O curso pretende apresentar e discutir teorias e modelos de análise de políticas públicas no campo da ciência política contemporânea. Estas teorias e modelos serão examinados ao longo do curso em “aplicações” em trabalhos acadêmicos sobre temas específicos como a reforma do Estado, a implementação de políticas, problemas de ação coletiva, coordenação, bem como em políticas setoriais. O objetivo do curso é o de oferecer um panorama das possibilidades para análise das instituições em ação.

**Bibliografia:**

Baumgartner, Frank R. and Bryan D. Jones (1991). “Agenda Dynamics and Policy Subsystems” The Journal of Politics, 53, November, pp.1044-1074;

Greener, Ian (2002). Understanding NHS Reform: The Policy Transfer, Social Learning, and Path Dependence Perspectives. Governance, 15 (2). Pp.161-184;

Hall, Peter A. (1993). “Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the case of economic policy-making in Britain”. Comparative Politics, 25. p.275-296 (versão 1990 – working paper)

Hajer, Marteen A. “A frame in the fields: policy-making and the reinvention of politics. In Hajer, Marteen A. and Hendrik Wagenaar (2003).

Deliberating Policy Analysis: understanding governance in the Network Society. New York. Cambridge University Press. p.88-112.

John, Peter (2003). Is there life after policy stream, advocacy coalitions, and punctuations: using evolutionary theory to explain policy change. Political Studies Journal, 31(4).

**TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Conhecer políticas públicas atuais em sua implementação, gestão e análise. Analisar o impacto do federalismo no sistema político brasileiro e destacar a importância das unidades subnacionais para as políticas públicas.

**Bibliografia:**

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 21, p. 211-259, 2000.

HAJER, M; WAGENAAR, H. (eds.). Deliberative policy analysis understanding governance in the network society. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2003.

HOWLETT, M; RAMESH, M. (eds.). Studying public policy. Policy cycles and policy subsystems. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KNOEPFEL P; LARRUE C; VARONE, F. Analyse et pilotage des politiques publiques. Genève: Helbing & Lichtenhahn, 2001.

KUBLER D., DE MAILLARD J. Analyser les politiques publiques. Grenoble: PUG, 2009.

MARQUES, E. C. Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo: AnnaBlume, FAPESP, 2003.

MORAN, M; REIN, M; GOODIN, R. E. The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford Univ. Press, 2008.

MULLER, P. Les Politiques Publiques. Paris: PUF, 2011.

REICH, S. The four faces of institutionalism: public policy and a pluralistic perspective. Governance. Vol. 13, No. 4, Oct. 2000, p. 501-522.

REIS, E. P. Reflexões legais para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 11-14, fev. 2003.

SILVA, M. O. S. (org). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PODER JUDICIÁRIO**

**Ementa:** Esta disciplina pretende situar a interferência do Poder Judiciário no processo decisório e na implantação de políticas públicas, no contexto do fenômeno da judicialização da política.

**Bibliografia:**

ACKERMAN, B. 1991. We The People: Foundations. Cambridge. Mass. Harvard University.

BAUM, L. 1987. A Suprema Corte americana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BERCOVICI, G. 2004. Constituição e Estado de exceção permanente. São Paulo: Azougue.

CAPPELLETTI, M. 1993. Juizes legisladores? Porto Alegre: S. A. Fabris.

CARVALHO, E. 2005. Revisão abstrata da legislação e judicialização da política no Brasil: especificidade e seletividade. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

CARVALHO, E. R. 1999. Os dilemas do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro. Política Hoje, Recife, ano 6, n. 10, p. 153-168, jan.-jul.

Recife. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco.

CASTRO, M. F. 1997. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 34, jul.

ELSTER, J. 1984. Ulysses and the Sirens: Studies in Rationality and Irrationality. Cambridge: Cambridge University.

ELSTER, J. & SLAGSTAD, R. 1999. Constitucionalismo y democracia. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

FAVOREU, L. 2004. As cortes constitucionais. São Paulo: Landy.

GARGARELLA, R. 1996. La Justicia frente al gobierno. Buenos Aires : Aires.

MAGALHÃES, P. C. 2003. The Limits to Judicialization: Legislative Politics and Constitutional Review in the Iberian Democracies. Ohio. Thesis (Doctor of Philosophy). Ohio State University.

SADEK, M. T. 2004. Judiciário: mudanças e reformas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 51.

SEGAL, J. A. & COVER, A. 1989. Ideological Values and Votes of Supreme Court Justices. American Political Science Review, Washington, D. C., v. 83, n. 2, p. 557-565, Jun.

SEGAL, J. A. & SPAETH, H. J. 1993. The Supreme Court and the Atitudinal Model. Cambridge: Cambridge University.

SEGAL, J. A.; EPSTEIN, L.; CAMERON, C. M. & SPAETH, H. J. 1995. Ideological Values and Votes of US Supreme Court Justices Revisited. Jornal of Politics, Austin, v. 57, n. 3, p. 812-823.

STONE, A. 1995. Complex Coordinate Construction in France and Germany. In: TATE, C. N. & Vallinder, T. (eds.). The Global Expansion of Judicial Power. New York: New York University.

SWEET, A. S. 2000. Governing with Judgers: Constitutional Politics in Europe. Oxford University.

TATE, C. N. & VALLINDER, T. 1995. The Judicialization of Politics. In: \_\_\_\_\_. (eds.). The Global Expansion of Judicial Power. New York: New York University.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R.; MELO, M. P. C. & BURGOS, M. B. 1999. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.

**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E REGULAÇÃO**

**Ementa:** O curso tem por foco discutir o aspecto político da atividade regulatória. São objetos específicos da disciplina a análise do desenho institucional da regulação em perspectiva comparada, a difusão do modelo de regulação por agência independente no Brasil e o impacto do contexto institucional sobre atividade regulatória. As abordagens normativa e positiva da regulação serão revisadas e as teoria da delegação e instituições políticas e credibilidade regulatória terão especial atenção especial.

**Bibliografia:**

Correa, Paulo, Carlos Pereira, Bernardo Mueller, Marcus Melo. 2006. Regulatory governance in infrastructure industries: Assessment and measurement of Brazilian regulators. Washington DC:The World Bank.

Fiorina, Morris. 1982. Legislative choice of regulatory forms: Legal process or administrative process? Public Choice 39.

Gilardi, Fabrizio. 2005. The formal independence of regulators: a comparison of 17 countries and 7 sectors. Swiss Political Science Review 11 (4): 139-67.

Hanretty, Cris, and Christel Koop. 2009. Measuring regulators’ statutory independence. Draft. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\_id=1449103. Accessed December 14.

Holburn, Guy, and Spiller, Pablo. 2002. “Institutional or structural: Lessons from international electricity sector reforms”. In The Economics of Contracts: theories and applications, ed. Eric Brousseau and Jean-Miche Gachant (ed.). Cambridge: Cambridge University Press

Howell, William, and David Lewis. 2002. Agencies by presidential design”. The Journal of Politics 64 (4)

Levy, Brian, and Pablo Spiller. 1994. Regulations, institutions and commitment in telecommunications: A comparative analysis of five country studies. Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics (1993). The International Bank of Reconstruction and Development / The World Bank.

Levy, B., and Pablo Spiller, eds. 1996. Regulations, institutions and commitment. Cambridge: Cambridge University Press.

Maggetti, Martino. 2006. Between control and autonomy: Implementing independent regulatory agencies, an empirical comparison. Paper

prepared for the conference Frontiers of Regulation: Assessing Scholarly Debates and Policy Challenges. (European Consortium for Political Research (ECPR), University of Bath.

McCubbins, Mathew, and Talbot Page. 1986. “The congressional foundations of agency performance”. Public Choice, 51: 173-90.

McCubbins, Mathew, and Thomas Schwartz. 1987. Congressional oversight overlooked: Police patrol versus fire alarms. American Journal of Political Science 28: 165-79.

Melo, Marcus André. 2000. Política regulatória: uma revisão da literatura. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais 50: 7-44.

**ORÇAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Discutir o aspecto político da atividade financeiras e regulações orçamentárias. Analisar o desenho institucional da questão orçamentária em perspectiva comparada. Identificar as abordagens técnicas e normativa do orçamento na esfera pública.

**Bibliografia:**

FIORINA, Morris. Legislative choice of regulatory forms: Legal process or administrative process? Public Choice 39. 1982.

GILARDI, Fabrizio. 2005. The formal independence of regulators: a comparison of 17 countries and 7 sectors. Swiss Political Science Review 11 (4): 139-67.

HANRETTY, Cris, CHRISTEL Koop. Measuring regulators’ statutory independence. Draft. 2009http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\_id=1449103. Accessed December 14.

HOLBURN, Guy, SPILLER, Pablo. “Institutional or structural: Lessons from international electricity sector reforms”. In The Economics of Contracts: theories and applications, ed. Eric Brousseau and Jean-Miche Gachant (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MAGGETTI, Martino. Between control and autonomy: Implementing independent regulatory agencies, an empirical comparison. Paper prepared for the conference Frontiers of Regulation: Assessing Scholarly Debates and Policy Challenges. (European Consortium for Political Research (ECPR), University of Bath. 2006.

MCCUBBINS, Mathew, and Talbot Page. “The congressional foundations of agency performance”. Public Choice, 51: 173-90. 1986.

MELO, Marcus A. Política regulatória: uma revisão da literatura. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais 50: 7-44. 2000.

**TÓPICOS ESPECIAIS DE METODOLOGIA**

**Ementa:** O principal objetivo do curso é capacitar os estudantes a utilizarem diferentes métodos e técnicas de pesquisa em suas respectivas áreas de atuação. O curso contempla noções de desenho de pesquisa, nível de mensuração de variáveis, estatística descritiva, correlação, análise de regressão linear e logística, análise fatorial e replicabilidade. A ênfase é sobre a compreensão intuitiva das técnicas e sua aplicação prática.

**Bibliografia:**

DANCEY, C. e REIDY, J. (2006). Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows. Porto Alegre: Artmed.

FIELD, A. (2005). Discovering Statistics Using SPSS. London, Sage.

FIGUEIREDO FILHO, D., e et al (2011). O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Revista Política Hoje, v. 20, 1, p. 44-99.

GEDDES, B. (2003). Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics. Ann Arbor: University of Michigan Press.

HAIR, J., e et al (2005). Análise Multivariada de Dados. Porto Alegre, Bookman.

KING, G.; KEOHANE, R. & VERBA, S. (1994). Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press.

KING, G. "Replication, Replication." PS: Political Science and Politics 28 (1995): 443-499. Disponível: http://gking.harvard.edu/gking/files/replication.pdf

LANDMANN, T. (2000) Issues and methods in comparative politics: an introduction. Routledge: London and New York.

MARSH, D.; FURLONG P. (2002). “A Skin not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science”, in: D. Marsh and G. Stoker (eds.), Theory and Methods in Political Science, Basingstoke: Palgrave.

MOORE, D. e MCCABE, G. (2002). Introdução à prática da Estatística. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Esta disciplina tem como objetivo fundamental fornecer aos alunos instrumentos teóricos, no domínio das Relações Internacionais, capazes de auxiliá-los durante o exercício de formulação, implementação e controle de políticas públicas.

**Bibliografia:**

BARBOSA, Rubens Antônio, América Latina em perspectiva: A integração regional da retórica à realidade, Edições Aduaneiras, São Paulo, 1991.

BOOTH, Ken, SMITH, Steve (ed.), International relations theory today, Polity Press, Cambridge – UK, 1995.

CARMAGNANI, Marcello, Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina, El Colégio de México, México, 1993.

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo, A política externa brasileira (1822-1985), Editora Ática, São Paulo, 1986.

DEUTSCH, Karl, Análise das relações internacionais, Editora da UnB, Brasília, 1978.

FAWCETT, Louise, HURRELL, Andrew, Regionalism in World Politics, OUP, Oxford, 1995.

FLEURY, Sônia (org.), Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha, FGV, Rio de Janeiro, 2006.

FURTADO, Celso, O Capitalismo global, Paz e Terra, São Paulo, 1998.

GILPIN, Robert, The political economy of international relations, Princeton University Press, EUA, 1987.

HOFFMANN, Stanley H., Teorias contemporaneas sobre las relaciones internacionales, Editorial Tecnos, Madrid, 1963.

HURRELL, Andrew, On Global Order, OUP, Oxford, 2007.

KEOHANE, Robert, NYE JR., Joseph, Poder e interdependência na era da informação, Foreign Affairs (edição brasileira / Gazeta Mercantil), n. 24, Setembro 1998.

KOHLER-KOCH, Beate, RITTBERGER, Berthold (Edited by), Debating the democratic legitimacy of the European Union, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., Lanham, 2007.

MACE, Gordon, COOPER, Andrew, SHAW, Timothy (Edited by), Inter-American Cooperation at a Crossroads, Palgrave/Macmillan, New York, 2011.

MEDEIROS, M. A. Necesita São Paulo una política exterior? Hegemonía, diplomacia y paradiplomacia en Brasil. América Latina Hoy, v. 56, p.163-186, 2010.

MEDEIROS, M. A.; LEITAO, N.; CAVALCANTI, Henrique S.; PAIVA, M. E. ; SANTIAGO, R. . A Questão da Representação no Mercosul: Os casos do Parlasul e do FCCR. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 31-57, 2010.

MEDEIROS, M. A.; PAIVA, M. E. O Papel da Descentralização no Desenvolvimento da Paradiplomacia Regional: o caso de Poitou-Charentes. Política Hoje (UFPE. Impresso), v. 19, p. 305-337, 2010.

STEINER, Andrea; MEDEIROS, M. A. Como saber se as convenções internacionais de meio ambiente realmente funcionam? Abordagens teórico-metodológicas sobre a eficácia dos regimes ambientais. Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 32, p. 695-727, 2010.

MEDEIROS, M. A.; SARAIVA, M. Os atores subnacionais no Mercosul: o caso das Papeleras. Lua Nova (Impresso), v. 78, p. 77-108, 2009.

MEDEIROS, M. A. Legitimidade, democracia e accountability no Mercosul. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 51-69, 2008.

MORAVCSIK, Andrew, The Choice for Europe. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

POPE ATKINS, G., Latin America in the International Political System, Westview Press, Boulder, 1995.

SCHIMTTER, P. (2002). The Ideal Research Proposal. Disponível:

http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/IdealResearchProposal.

VAN EVERA, S. (1997). Guide to Methods for Students of Political Science Ithaca, NY: Cornell University Press.

**TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

**Ementa:** Desenvolver estudos sobre as reformas e gestão da educação brasileira; Promover o debate sobre as reformas educacionais e as políticas de descentralização, financiamento e municipalização da gestão; Propiciar análises sobre a política educacional brasileira nas diferentes modalidades e níveis educacionais, bem como sobre formação docente.

**Bibliografia:**

CARMO, E.; CHAGAS, J.; FIGUEIREDO FILHO, D.; ROCHA, E. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 95, n. 240, p. 304-327, mai./ago. 2014. Disponível em < file:///C:/Users/Giovana/Downloads/309-341-1-PB.pdf >. Acessado em 02/09/2017.

CARMO, Erinaldo. Envolvimento do Estudante na Escola: teoria e prática em um estudo de caso. Revista Olh@res - Unifesp, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 90-109, mai. 2017.

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

CORREA, Werle Flávia Obino a. Sistema Municipal de Ensino: contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em xxx.anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda; KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da Educação Infantil: um desafio para as políticas municipais de educação face às exigências da LDB. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FLORES, Maria Marta Lopes. A Descentralização do Ensino em Goiás a Partir da Década de 80. A Municipalização da Educação em Goiás. Goiânia: UCG, 2006.

FRIGOTO, Gaudêncio. Política e Gestão Educacional na Contemporaneidade in: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (org.) Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GENTILI, Pablo. Adeus a Escola Pública, a desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias.In: GENTILI, Pablo. (org.) Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

GOULART, Cecília M. A. A universalização do Ensino Fundamental, o papel político-social da escola e o desafio das novas políticas de alfabetização e letramento. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

LINHARES, Célia; SILVA, Waldeck C. da. Políticas de formação de professores: limites e possibilidades colocados pela LDB para as séries iniciais do Ensino Fundamental. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

MARTINS, Paulo de Sena. O Financiamento da Educação Básica como Política Pública. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, V.26, 2010.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12 >. Acessado em 02/09/2017.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Revista Brasileira de Educação, n. 13, p. 5-24, abr. 2000. Disponível em: < http://teleduc.unisa.br/~teleduc/cursos/diretorio/apoio\_5427\_368/TARDIF\_Saberes\_profissionais\_dos\_professores.pdf >. Acessado em: 15/08/2017.

**TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO**

**Ementa:** Conceitos básicos sobre Monitoramento e Avaliação de Programas. Tipos de Avaliação de Políticas Públicas. Indicadores Sociais: características e classificação. Principais fontes de dados, pesquisas, cadastros e registros administrativos das políticas públicas no Brasil. Sistemas de Indicadores: aplicações na pesquisa e gestão pública

**Bibliografia:**

ALMEIDA, Mariana; REBELATTO, Daisy. O Inventário dos Modelos de Avaliação para Políticas Públicas. Disponível em: http://www.upis.br/dinamicadenegocios/arquivos/ 2%20modelo\_de\_politica\_pub\_Mariana\_ Almeida.pdf. Acesso em março/2012. ANTICO, Cláudia; JANNUZZI, Paulo Martino. Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas. Disponível em: http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao\_de\_Politicas\_ Publicas/Indicadores\_e\_Gestao\_de\_Politicas\_Publicas.pdf. Acesso em março/12.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE-PUC, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores de Programas: guia metodológico. Brasília: MP, 2010.

CAMARGO, José Márcio. Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. São Paulo em Perspectiva, v.18, n.2, São Paulo, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 6ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de progrmas públicos: desafios conceituais e metodológicos. In: RAP 37(5). Rio de Janeiro: EBAP, 2003.

DRAIBE, Sonia Miriam. Avaliação de Implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE-PUC, 2001.

FERNANDES, Reynaldo; PAZELLO, Elaine Toldo. Avaliação de políticas sociais: incentivos adversos, focalização e impacto. In: LISBOA, Marcos de Barros; MENEZES FILHO, Naércio Aquino (orgs). Microeconomia e Sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática das análise de políticas púbicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas, n.21. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

JANNUZZI, Paulo Martino. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas: Alínea, 2001.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. Uma metodologia de avaliação de políticas de gestão pública. In: XI Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública. Guatemala: CLAD, 2006.

MELO, Marcus André. Governance e Reforma do Estado: o paradigma agente x principal. In: Revista do Serviço Público, ano 47, v.120, n.1. Brasília: ENAP, 1996b.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. La Implantación. In: SHAFRITZ, Jay.; HYDE, Albert. Clásicos de la Administración Pública. México: FCE, 1999.